

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

DENISE PEREIRA DOS SANTOS

**GÊNERO E SEXUALIDADE: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA EM
EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS**

FLORIANÓPOLIS

2016

DENISE PEREIRA DOS SANTOS

**GÊNERO E SEXUALIDADE: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA EM
EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Especialista em Gênero e
Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marisa Naspolini

FLORIANÓPOLIS

2016

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC**

Santos, Denise Pereira dos.
Gênero e Sexualidade: relatos de uma experiência em Educação, História e
Direitos Humanos / Denise Pereira dos Santos ; orientadora, Marisa
Naspolini - Florianópolis, SC, 2016.

44 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Gênero e Diversidade na
Escola .

Inclui referências

1.Ciências Humanas. 3. Gênero e Sexualidade. 4. Ensino de História. 5.
Direitos Humanos. 6. Educação. I. Naspolini, Marisa. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

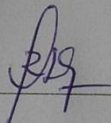
DENISE PEREIRA DOS SANTOS

**GÊNERO E SEXUALIDADE: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA EM
EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

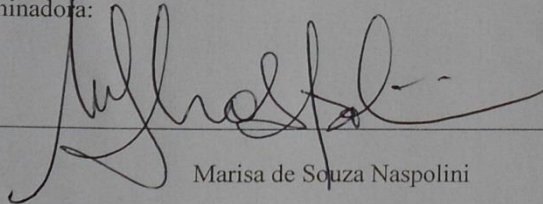
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:



Olga Regina Zigelli Garcia

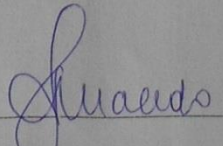
Banca Examinadora:



Marisa de Souza Napolini



Stefanie Liz Polidoro



Janaina Santos de Macedo

AGRADECIMENTOS

À minha família sou grata pelo amor e pelo companheirismo motivador. Mãe, Marília, Marisa, Guilherme Flores, Tigre e Pequeno: essa vitória é nossa!

Chiara Lemos, o tempo se encarregou mais uma vez de cruzar os nossos caminhos. Por isso digo: “Tempo Rei! Oh Tempo Rei! Oh Tempo Rei! Transformai as velhas formas do viver”.

Aos amigos parceiros Daiane Galina e Michael Arcângelo (casal do rock). Feliz e agradecida por tanto carinho e cuidado.

À Família Cicle Ribeiro porque as nossas aventuras juntos são as melhores.

À Escola Mara Luíza Vieira Liberato representada por nossa diretora Audaléia Cunha e pela competente Equipe Pedagógica formada por Débora Zanela, Nicole Machado, Sabrina Fernandes e Sandra Martins. Gratidão pela confiança, cumplicidade e reconhecimento. Aos nossos/as alunos/as porque sem eles/elas nada disso faria sentido. São eles/as o início e o fim da nossa peleja cotidiana. Neles/as depositamos (ainda e em tempos tão difíceis) nossa fé na humanidade.

À Universidade Federal de Santa Catarina (CFH, NIGS e IEG) pela oportunidade de retornar ao meio acadêmico e pelas trocas estabelecidas. Turma Célia Amorós e Fernanda Rachel da Silva, conseguimos!! Marisa Napolini, muito obrigada pela pressão e incentivo sem os quais eu não teria seguido.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate à fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

“Estou convencido de que nosso ofício perde o sentido se permanece fechado em si próprio. A História, a meu ver, não deve ser consumida principalmente por aqueles que a produzem. Mas não tenho ilusões, não atingirei a maior parte do público. Este prefere, e com razão, a fábula ou o inquérito policial, em vez do que eu posso lhe contar. Mesmo assim faço tudo para que minha voz produza efeitos. Como as perguntas que faço não dizem respeito só a mim, como as regras pesquisadas pelos historiadores me parecem formar o espírito crítico, desejo evidentemente que os ecos do meu discurso se repercutam no sistema de educação, e luto para que o lugar da História, da boa História, não se reduza, pelo contrário, se amplie no interior dele. Desejo também que o máximo de pessoas me ouça. Porque gosto de comunicar o enorme prazer que sinto no meu ofício e, sobretudo, porque o creio útil. Creio na utilidade da História bem feita. Isto é a proporção justa e difícil, com lucidez e paixão”.

Georges Duby, 1989.

RESUMO

A pesquisa em questão discute experiências no campo de gênero e sexualidade em uma escola da rede municipal de Palhoça, em Santa Catarina. Tendo em vista a tensão existente no campo das sexualidades e a necessidade de desenvolver os conteúdos da disciplina de História de maneira a contemplar a formação do feminino/masculino nos diversos contextos como um processo de construção de estruturas opressoras, iniciativas foram tomadas no sentido de oportunizar os sujeitos da unidade escolar a refletir sobre a temática. Foram desenvolvidas duas linhas de ação do Projeto Papo Sério, uma extensão do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Somadas a tais experiências, foram promovidas reflexões na disciplina de História. Estas são iniciativas que abrem caminho para um diálogo contínuo na busca por desconstruir cenários de violência. Problematizando questões e criando espaço para o diálogo, é possível promover contextos pedagógicos comprometidos com o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos. Desde o início a resposta dos sujeitos envolvidos no processo foi, no geral, positiva. Essa dimensão do papel da escola é fundamental para empoderar sujeitos e contribuir para a construção de uma sociedade, de fato, democrática de direitos que tenha como essência a preservação da dignidade humana.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Ensino de História. Diversidade. Direitos Humanos.

ABSTRACT

The research in question argues experiences in the sort field and sexuality in a school of the municipal net of Palhoça, in Santa Catarina. In view of the existing tension in the field of the sexuality and the necessity to develop the contents of it disciplines of History in way to contemplate the feminine formation of/the masculine one in the diverse contexts as a process of construction of structures oppressor, the initiatives had been taken in the direction of to opportunizer the citizens of the pertaining to school unit to reflect on the thematic one. Two lines of action of the Serious Papo Project had been developed, an extension of the Nucleus of Identities of Gender and subjectivities, Philosophy Center and Human Sciences of the Federal University of Santa Catarina. Added to such experiences, reflections had been promoted in discipline of History. These are initiatives that open way for a continuous dialogue, in the search for deconstructing violence scenes. Problematizing questions and creating space for the dialogue, discussing issues and creating space for dialogue, it is possible to promote educational contexts committed to respect for diversity and human rights. From the beginning the response of the subjects involved in the process was generally positive. This dimension of the school's role is essential to empower individuals and contribute to building a society, in fact, democratic rights that has as its core the preservation of human dignity.

Keywords: Gender. Sexuality. History teaching. Diversity. Human rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

FAPEU - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

GDE - Gênero e Diversidade na Escola

IEG - Instituto de Estudos de Gênero

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

NIGS - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades

ONU - Organização das Nações Unidas

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PROEXT - Programa de Extensão Universitária

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 - PERSPECTIVA TEÓRICA	13
1.1 Conceituando Gênero e Sexualidade	13
1.2 A problemática dos Direitos Humanos	17
1.3 O papel da História bem feita	19
2 – POR UM OLHAR DE GÊNERO	22
3 – A CAMINHO DA REDENÇÃO	26
3.1. Características do estudo	26
3.2. Conhecer para transformar.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
APÊNDICES	36
Apêndice A – Material de auxílio Concurso de Cartazes	36
Apêndice B – Questionário de avaliação de resultados.....	39
ANEXOS	40
Anexo 1 - Registro fotográfico	40
Anexo 2 – Avaliação Escolar (Projeto Papo Sério).....	42
Anexo 3 - Avaliação do NIGS/UFSC (Papo Sério na Escola Mara Luíza).....	43

INTRODUÇÃO

No ano de 2015 dei início aos estudos no curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE), uma especialização desenvolvida pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O GDE tem por objetivo formar profissionais da educação, ativistas e gestores públicos nas áreas de gênero, sexualidade, diversidade, questões étnico-raciais e deficiência.

Como professora de História na rede municipal de Palhoça, trabalho com turmas de Ensino Fundamental Nível II (6º a 9º ano). Na ocasião do início da especialização tinha garantido o ano letivo na Escola Básica Municipal Professora Mara Luíza Vieira Liberato por meio de concurso para admissão temporária. Logo as problemáticas trabalhadas no GDE ganharam expressão no meu fazer pedagógico. O olhar apurado para as tensões cotidianas da unidade escolar por meio das ferramentas adquiridas pelas reflexões em torno das categorias de análise social propostas me impulsionaram a buscar espaço para o compartilhamento dos saberes.

Dos episódios analisados no cotidiano escolar me chamaram a atenção as representações de gênero e conflitos¹ envolvendo práticas homoafetivas. Nasceram os seguintes questionamentos: como a escola irá conduzir tais questões? Quais encaminhamentos são necessários para uma reflexão significativa e transformadora? São provocações que nos fazem refletir sobre o potencial formador da escola. Nesse sentido cabe citar o professor e psicólogo Leandro Castro Oltramari²:

(...) da especificidade da formação cidadã pela qual a escola também é responsável, já que constitui sujeitos que compreendam a multiplicidade da diversidade humana em sua radicalidade para que se possam fazer a transformação das relações de injustiça das mais variadas ordens é um de seus objetivos. Esse é o desafio dos mais complexos que a escola tem possibilidade de fazer no âmbito da formação. (OLTRAMARI, 2015, p. 92).

¹ A chegada de uma aluna na turma do 9º ano matutino provocou uma dinâmica diferente na escola. Ela despertou o interesse de outras meninas, se envolveu com uma delas e isso causou um “alvoroço” na escola por andarem de mãos dadas e pela troca de carinhos. Era o assunto do momento entre os alunos/as e professores/as. Dias depois foram pegas no banheiro. A orientação pedagógica passou a intervir no caso. Depois disso surgiram outros dois casos de alunas que estavam em conflito com a família por conta de sua homossexualidade.

² Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí, mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC. Atualmente é professor adjunto na UFSC. Atua principalmente nos seguintes temas: Psicologia da Educação, Gênero e Sexualidade.

Refletir sobre como relações de desigualdade são formadas com base na construção do feminino e masculino, de como sujeitos são aprisionados e violentados no binarismo simplista, é um passo importante a ser dado na escola. Acredito que por meio do diálogo, do debate, da desconstrução de visões que não considerem a diversidade como princípio primordial para a oferta de educação nas redes de ensino, seja possível avançar no caminho da mudança. Uma escola que não dialoga com as diferenças não faz sentido. Ela não seduz, não desperta e não liberta seus sujeitos.

Muito se diz das leis³ (nesse contexto se fala em normativas, diretrizes, declarações, planos e outros documentos) que regem a educação sobre a diversidade como princípio normativo, sobre sujeitos singulares, reconhecimento de diferentes configurações identitárias e respeito às diferenças, mas, na prática, ainda temos um longo caminho distante do ideal de cidadania e respeito aos direitos humanos. Enquanto professores, técnicos, assistentes e demais sujeitos que organizam a estrutura escolar não estiverem capacitados e cientes de sua função humanitária nada, em essência, irá se transformar. Continuaremos reproduzindo os velhos discursos, vigiando e punindo⁴.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. Tem início no desenvolvimento da base teórica que justifica os conceitos que dão corpo ao tema. São as definições de gênero, sexualidade, direitos humanos e reflexões sobre a prática de ensino na disciplina de História. Trata-se de um diálogo com as referências escolhidas e suas contribuições.

O segundo capítulo discorre sobre o caminho de inquietações que me fez pensar na necessidade do estudo/campo de atuação. Fala de como eu, professora de História, poderia atuar na unidade escolar comprometida com as ideias de “provocação”, “empoderamento”, “dignidade” e “justiça” (diante da temática proposta), das estratégias e da rede de contribuições/parcerias (Escola e Universidade) construídas para tal fim.

O terceiro capítulo trata da análise feita das estratégias traçadas, de como os conhecimentos compartilhados foram processados pelos alunos envolvidos e da validade do estudo.

³ Para citar algumas referências: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Nº 9.394/1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Plano Nacional de Direitos Humanos (2007), Plano Nacional de Promoção da Cidadania de Direitos Humanos LGBT (2009), Lei Nº 11.645/2008 (estabelece a obrigatoriedade nas redes de ensino da temática História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena) e os Planos de Educação.

⁴ Trata-se de uma provocação da qual me utilizo do título do livro de Michel Foucault (Vigiar e Punir, 1975). Para pensar a disciplina, o aprisionamento humano e as diversas formas de controle.

1. PERSPECTIVA TEÓRICA

No capítulo analiso a relação entre o problema proposto pela pesquisa e a relevância do tema com base na escrita existente. Trata-se do eixo que sustenta o estudo. O entendimento dos conceitos propostos, a relação entre eles, expressa a urgência em criar possibilidades e ações dentro da escola para a superação de situações de violência. Abrir espaço para o diálogo pode ser uma maneira eficiente de provocar reflexões que venham a transformar comportamentos e naturalizar as diferenças.

No cenário atual do país percebo por meio dos noticiários e das redes sociais o crescimento de discursos de ódio e intolerância. No espaço escolar, crianças, adolescentes e demais sujeitos (professores, funcionários e família) tendem a reproduzir tais discursos e atitudes. Seja por meio da violência física, psicológica, verbal ou simbólica é comum perceber suas expressões .

A análise teórica nos habilita a compreender a gênese e o desenvolvimento das problemáticas analisadas, bem como, alternativas para sua superação.

1.1. CONCEITUANDO GÊNERO E SEXUALIDADE

Carla Bassanezi Pinsky⁵ (2010), pensando a respeito de novos temas para as aulas de História, escreveu um importante artigo sobre gênero considerando a importância de fornecer aos estudantes elementos para o desenvolvimento de um olhar apurado sobre a questão. Ela faz a seguinte distinção entre o natural e o social na reflexão sobre o assunto:

Os estudiosos que passaram a empregar o conceito de gênero inspiraram-se na Gramática, mas deram-lhe um outro significado, utilizando-o para marcar uma distinção entre cultura e biologia, social e natural. Assim quando a palavra *sexo* é utilizada, vem à mente a biologia, algo ligado à natureza. O termo *gênero*, por sua vez, faz referência a uma construção cultural: é uma forma de enfatizar, o caráter social, e, portanto, histórico das concepções baseadas nas percepções de diferenças sexuais. (PINSKY, 2010. p. 29-30).

⁵ Historiadora com mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas na área de Família e Gênero. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp. Autora, coautora e organizadora de diversas obras.

A categoria gênero⁶ nasce no processo de luta das mulheres por direitos civis e igualdade social. No seio dos movimentos sociais, desenvolveu-se como uma forma de compreender o mundo e as relações nele estabelecidas como um filtro, uma lente. A leitura de gênero parte do sexo biológico e o ultrapassa para o campo da construção cultural.

Em 1990 chega ao Brasil o trabalho da historiadora americana Joan Wallach Scott, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. O artigo escrito em 1986 contribui para a ressignificação do estudo e produção de tema. Segundo Scott, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Assim, as relações de dominação e subordinação seriam construções históricas. Sua grande preocupação foi discutir como a escrita da História poderia perpetuar essas relações. O papel da História deveria ser o de perceber como as relações de gênero são construídas e sustentadas. Seguindo esse raciocínio, uma história feminista deveria ser a maneira mais justa de fazer História.

Para pensar o sentido da expressão “relação de poder”, tão cara a esse estudo, é fundamental entender o pensamento de Michel Foucault⁷. Na análise de Tito Sena, “a concepção de poder no pensamento foucaultiano é instigante, pois ele é desenvolvido fora das concepções clássicas” (SENA, 2015, p. 79). O poder é histórico, dinâmico e plural. Estabelece-se fora das estruturas. Essa teoria é também expressa na escrita de Scott:

Finalmente é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado, por algo como o conceito de poder em Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de forças” sociais. (SCOTT, 1995. 86).

Ainda explorando o raciocínio, em estudo de artigo que reflete sobre o tema *poder* em Foucault (FERREIRINHA; RAITZ, 2010, p.16): “pode-se identificar que o poder se encontra por toda parte. O poder não é só do Estado ou da soberania. O poder são as ações sobre as ações. O poder deve ser entendido como uma relação flutuante, não está numa instituição e nem em ninguém”.

⁶ Gênero nasce como categoria na “segunda onda” do movimento feminista, após a Segunda Guerra Mundial.

⁷ Filósofo francês (1926 - 1984). Importante pensador do século XX. Suas reflexões são fundamentais para os movimentos de contestação política e social.

Considerando o desafio proposto por Scott sobre a importância de pensar o gênero como uma categoria de análise social, me aproprio das seguintes perguntas para argumentar sobre a validade da pesquisa:

- Como o gênero funciona nas relações sociais humanas?
- Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico?

Os questionamentos conduzem ao campo da pesquisa, a escola. Cabe então pensar como a categoria pode servir de análise para as relações estabelecidas no campo da educação. O ponto de partida é a certeza de que a escola é o lugar privilegiado para se desenvolver reflexões sobre as tensões em torno do tema. Esse potencial ainda não é trabalhado de forma adequada por conta do desconhecimento e dos preconceitos existentes sobre a questão de gênero. De modo geral, essa realidade permite a produção e a reprodução de uma série de violações e violências.

O quadro mais comum que temos com relação a gênero nas unidades escolares é o silenciamento da questão. Existem casos isolados que se perdem na rotina exaustiva. O tabu é um fator a ser considerado já que gênero é um assunto associado a sexo, portanto, algo “proibido”. É nessa trajetória que esbarramos na negação. Parece mais fácil e confortável calar, punir e não causar polêmica. As visões de mundo centradas em determinados discursos religiosos também reforçam atitudes de intolerância e de discriminação diante da temática.

Nesse contexto, a falta de conhecimento sobre a questão de gênero por parte de profissionais da educação, ou de profissionais que possuem conhecimento, mas não estão dispostos a mudar sua forma de pensar e agir sobre gênero, identidades de gênero, orientação sexual, acabam contribuindo para que a escola não desenvolva o seu papel de combate a toda e qualquer atitude e comportamento que revele sexismo, machismo, heterossexismo, etc. (GRAUPE; BRAGAGNOLLO, 2015, p. 09).

A segunda parte desse tópico trata de outro conceito extremamente importante para o desenvolvimento da pesquisa: sexualidade. A sexualidade é uma dimensão da vida humana que trata das percepções do corpo, da intimidade e da relação com o desejo. Para além do corpo físico, das capacidades biológicas desse corpo, existe um conjunto de construções a seu respeito que são consideradas fruto do social. A

sexualidade, assim como o gênero, revela tensões e estruturas de poder que são produtores de cenários de desigualdades e violências. Segundo Sérgio Carrara⁸,

assim como gênero, sexualidade é uma dimensão da experiência humana na qual se estabelecem relações de poder. Implica desigualdades, preconceitos, discriminações, violência, bem como perspectivas de superação dessas desigualdades. Por ser vivida socialmente, o modo como a sexualidade é sentida e pensada passa por variações determinadas pela época, cultura e grupo social a que cada indivíduo pertence. (CARRARA, 2010, p.15)

O corpo, por ser sujeito de expressão da sexualidade, para além do discurso da intimidade e do privado, é também território político. A sociedade estabelece normas para o funcionamento do organismo individual. Existe uma sexualidade aceitável reconhecida como normal e natural (heteronormatividade). Nesse sentido o exercício da sexualidade e o desempenho dos papéis de gênero são alvos de vigilância e julgamento. Segundo Tereza Adada Sell⁹ (2006, p.13), “assim, a sexualidade, seu controle e o discurso sobre ela entram no campo da política. Ou, mais precisamente, no campo do poder, como nos adverte Foucault”.

A existência do padrão “normal” de sexualidade criminaliza as diversas manifestações da diversidade sexual. Junqueira¹⁰ (2012), Louro¹¹ (2000) e Novo¹² (2015) nos ajudam a compreender como as faces desse processo de exclusão se reproduzem no ambiente escolar e o compromisso que nós educadores temos com a possível transformação dessa realidade. Cabe-nos a seguinte reflexão:

⁸ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Instituto de Medicina Social e coordenador do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos.

⁹ Psicóloga e mestra em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Foi professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁰ Possui graduação em Comunicação pela Universidade de Brasília e doutorado em Sociologia das Instituições Jurídicas e Políticas pelas Università Degli Studi di Milano e Macerata (Itália). Integra o quadro de Pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Dedicar-se a pesquisas sobre educação escolar, avaliações educacionais e direitos humanos, com ênfase nos temas do direito à educação, diversidade, direito à diferença, gênero, sexualidade, deficiência, racismo e cotidiano escolar.

¹¹ Graduada em História com mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Titular aposentada do programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Suas publicações em maioria tratam de questões de gênero, sexualidade e teoria queer no campo da Educação.

¹² Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

essa escola que, cotidianamente, cultiva e ensina preconceitos e discriminações, também é um espaço privilegiado para a crítica, a problematização de mecanismos de retificação e marginalização de crenças e atitudes desumanizantes. (JUNQUEIRA, 2012, p.03)

Que tenhamos como missão a construção de uma escola que seja inclusiva, reflexiva e humana; contestadora de todo e qualquer mecanismo de dominação e negligência com relação à dignidade dos sujeitos.

1.2. A PROBLEMÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS

Definir a expressão Direitos Humanos, *a priori*, parece ser uma tarefa simples centrada na convicção de que toda e qualquer pessoa é portadora de direitos na condição inerente de *ser humano*. Uma análise cuidadosa nos revela a importância do fundamento da historicidade para o entendimento dessa categoria de direito:

a ideia dos direitos humanos é, assim, tão antiga como a própria história das civilizações, tendo logo se manifestado, em distintas culturas e em movimentos históricos sucessivos, na afirmação da dignidade da pessoa humana, na luta contra todas as formas de dominação e exclusão e opressão, e em prol da salvaguarda contra o despotismo e a arbitrariedade, e na asserção da participação na vida comunitária e do princípio da legitimidade. O reconhecimento destes valores e conceitos básicos, formando padrões mínimos universais de comportamento e respeito ao próximo, constitui um legado, mais do que do chamado pensamento ocidental, das mais diversas culturas, da consciência universal de sucessivas gerações de seres humanos, tendo presentes suas necessidades e responsabilidades. (CANÇADO TRINDADE, 2003, I, p. 33-34).

As referências utilizadas nessa pesquisa para pensar os Direitos Humanos em especial no recorte do contexto escolar, nos propõe um imenso desafio: a sua necessidade de afirmação no seio das sociedades democráticas e sua constante negação frente aos desafios de aceitação da diversidade.

Vera Maria Ferrão Candau¹³ (2012) faz uma análise da consolidação do sistema dos direitos humanos no Brasil. Segundo a autora, nosso Estado é signatário do conjunto de arranjos feitos desde a promulgação da Declaração Universal dos Direitos

¹³ Possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutorado e Pós-doutorado em Educação pela Universidad Complutense de Madrid. Realizou também estudos no nível de pós-graduação na Universidade Católica de Louvain (Bélgica) Atualmente é professora emérita do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Suas principais áreas de atuação são: educação multi/intercultural, cotidiano escolar, didática, educação em direitos humanos e formação de educadores/as.

Humanos (ONU), em 1948. Desde então estamos comprometidos em inserir na nossa estrutura o conteúdo do documento. A afirmação do compromisso se dá no ano de 1988 com o advento da nova Constituição, fruto do processo de redemocratização do país, das lutas dos movimentos sociais. A Constituição é chamada de *Cidadã* e estabelece o *Estado Democrático de Direito*. Temos um conjunto de normas jurídicas sólidos no que diz respeito à promoção dos direitos humanos, porém, ele esbarra, no plano real, em uma série de violações. A autora aponta o seguinte caminho diante da problemática exposta:

nessa perspectiva, cresce a convicção de que não basta construir um arcabouço jurídico cada vez mais amplo em relação aos direitos humanos. Se eles não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consistente, não construiremos uma cultura dos direitos humanos na nossa sociedade. E, neste horizonte, os processos educacionais são fundamentais. (CANDAUI, 2012, p. 717).

Esse mesmo caminho é sugerido nas reflexões de Oltramari (2015) e Marivete Gesser¹⁴ (2013) quando sinalizam para uma escola que valorize o ser humano na sua integridade. Um espaço onde a base ética seja o direcionamento de toda ação humana.

A questão da problemática citada no título está no conflito entre a igualdade e a diferença. A linha dos direitos humanos segue no sentido de promover a igualdade de oportunidades. Essa perspectiva deve ser universal e inviolável. Ao mesmo tempo em que pensamos em uma escola *para todos*, mergulhamos na angústia de não saber lidar com as diferenças. A diversidade expressa na raça, na deficiência, no gênero e nas demais categorias deve ser compreendida como valores próprios do *outro*. Esse deve ser o entendimento para o reconhecimento da humanidade e dignidade de todo e qualquer sujeito.

Diante do exposto, proponho que a escola possa refletir sobre seu papel como *locus* do conhecimento e sobre como seu currículo aborda questões de relevância social que venham a considerar e preservar o aspecto humano das relações – para além da simples promoção de conteúdos. No mais, segundo Gesser (2013), uma escola que constrói espaços de potência para a existência dos estudantes, faz muito mais do que

¹⁴ Possui graduação em Psicologia pela FURB, Mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como Professora Adjunta no curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Atua nos seguintes temas: gênero e diversidade na escola, processos educativos e constituição do sujeito, deficiência e direitos humanos.

repassar conteúdos, ela constitui cidadãos que podem fazer e refazer suas histórias e as de outras pessoas.

1.3. O PAPEL DA HISTÓRIA BEM FEITA

O estudo da História não está encerrado na simples análise do passado, conforme anuncia o senso comum. Compreender as conexões estabelecidas no tempo-espaço nos leva a adquirir habilidades para perceber a realidade na qual existimos. Esse é o primeiro passo para transformá-la, visto que, a vida é movimento constante de mudanças e permanências. O olhar histórico nos aponta como sujeitos, agentes de processos diversos de experiências individuais e coletivas. Segundo a historiadora Vavy Pacheco Borges (1994), a respeito da razão de ser do conhecimento histórico, cabe citar:

a função da História, desde seu início, foi a de fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma. Ela procura especificamente analisar as transformações pelas quais passaram os diversos grupos humanos. A transformação, de fato, é a essência da História; quem olhar para trás, na História e na sua própria vida, compreenderá isso facilmente. Nós mudamos constantemente; isso é válido para o indivíduo e também para a sociedade. Nada permanece igual, e é através do tempo que se percebem as mudanças. (BORGES, 1994. p. 49-50).

Nos últimos trinta anos os estudos históricos passaram por um redimensionamento, resultado da necessidade de analisar o papel da História na construção e entendimento da sociedade - fruto da atuação da escola francesa (ANNALES, 1930) e de sua proposta de trabalhar com novos objetos, abordagens e fontes. O que temos a partir de então é uma realidade que desafia o fazer histórico a ser comprometido com a crítica social por meio de pesquisas, debates e reflexões de fazeres metodológicos. O cenário é de superação de um ensino positivista, factual, centrado nos episódios de caráter político e nos feitos dos “grandes homens”.

O processo de ensino e aprendizagem da História deve se fazer como resultado de contribuições coletivas nas quais todos os sujeitos têm um papel importante e suas ações são fundamentais para uma participação consciente na transformação da sociedade em que vivemos, reconhecendo que a produção do conhecimento histórico tem como base as experiências de vida do aluno, a investigação, o confronto de opiniões, ideias e imaginação.

Marta de Souza Lima Brodbeck (2012), ressalta os avanços na legislação brasileira no que diz respeito aos princípios norteadores do ensino de História expressos, principalmente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Para além dos objetivos gerais definidos em cada ciclo de ensino, os PCN's direcionam os estudos históricos para uma sintonia com os chamados temas transversais.

Os temas transversais são questões de grande relevância e urgência social a serem desenvolvidos de maneira interdisciplinar. São eixos por meio dos quais as disciplinas se articulam: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, trabalho e consumo e orientação sexual.

No caso da História, nas turmas de Ensino Fundamental, a orientação do Ministério da Educação é que a relação entre processo de ensino/aprendizagem e temas transversais, siga, dentre outras, as seguintes diretrizes:

- as diferenças culturais, étnicas, de idade, religião, costumes, gêneros, sistemas econômicos e políticos;
- as lutas e as conquistas políticas, travadas por indivíduos, por classes e movimentos sociais;
- as imagens e os valores em relação ao corpo, relacionados à história da sexualidade, dos tabus coletivos, da organização das famílias, da educação sexual e da distribuição de papéis entre os gêneros nas diferentes sociedades historicamente construídas;
- os acordos ou desacordos que favorecem ou desfavorecem convivências humanas mais igualitárias e pacíficas e que podem auxiliar o respeito à paz, à vida e a concepção e prática da alteridade. (PCN. História. 1998, p.48).

O ensino de história fica, no plano normativo, comprometido com a formação de sujeitos críticos conscientes de seu papel no mundo, com a construção da cidadania e de um Estado de justiça.

Da necessidade de renovar o ensino de História, nasce o trabalho da historiadora Carla Pinsky (2010). Em colaboração com outros autores, são feitas abordagens temáticas que enriquecem a análise da historiografia. Entre os temas trabalhados estão:

- Gênero: compreendido como uma dimensão fundamental para o entendimento da construção das relações sociais;
- Direitos Humanos: a questão passa pela tensão entre cidadania e violações constantes. O conhecimento precisa se fazer considerando a temática como um eixo estrutural pois a superação do problema passa pela sala de aula, pela educação. Apenas no caminho da educação o indivíduo pode se reconhecer como sujeito de direitos e lutar para superar as barreiras sociais que limitam a dignidade humana e a transformação social;
- Corpo: uma análise do corpo e de suas representações materiais e simbólicas. O corpo entendido como “objeto” histórico alvo de diversas intervenções.

Todos esses questionamentos, reflexões e diretrizes enriquecem a abordagem histórica, nos preparam para a vida e seus embates, em especial no processo de ensino/aprendizado. Da mesma forma são incentivadores, motivadores para uma prática mais significativa, já que a História é uma ferramenta, um caminho para o aluno compreender a realidade, o leque inesgotável de relações que são constituídas no tempo e no espaço. Agir de forma justa, crítica e cidadã: é dessa habilidade e consciência que o historiador alimenta seu ofício.

2. POR UM OLHAR DE GÊNERO

O ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa foram os conhecimentos compartilhados no curso de especialização GDE/UFSC. Por meio de minhas conexões e angústias foi possível enxergar com muita clareza o campo de tensão e de possibilidades que é a escola. Como educadora me questionei sobre como poderia explorar a temática de gênero no ambiente escolar. A partir dessa inquietação as estratégias foram elaboradas.

O trabalho desenvolvido pretendeu criar espaços para promover a discussão da temática de gênero compreendendo que tal categoria é formadora de estruturas opressoras de poder. Esse é um paradigma que nos revela a dimensão da sexualidade como parte formadora da sociedade, o que justifica a necessidade das intervenções.

Cabe ressaltar que este trabalho nasce da observação de uma realidade marcada por atos de violência expressos por meio da negação, do silenciamento, da vigilância, do julgamento e da agressão física e moral/psicológica. Atitudes que refletem a incapacidade do ser humano de lidar com a diferença. Contraditória em essência, a estrutura escolar é capaz de potencializar conflitos. É preciso entendê-la “como instituição que, por mecanismos disciplinadores das/os corpos e comportamentos, constrói e reforça dualismos e hierarquias, como homem/mulher, heterossexual/homossexual, masculino/feminino etc”. (NOVO, 2015, p. 69).

As obras de Junqueira (2012), Louro (2000) e Novo (2015) nos ajudam a compreender a escola como um espaço avesso e cruel aos que fogem da norma padrão. Trata-se de uma instituição que tende a homogeneizar e disciplinar os corpos e que pune com hostilidade e violência os sujeitos que não se enquadram na lógica monocultural/heteronormativa. Uma análise dessa dimensão nos possibilita construir caminhos para a elaboração de práticas pedagógicas que possam operar na tentativa de superar as situações de violência. É urgente a necessidade desta ressignificação visto que:

a escola tornou-se, assim, um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens. Com efeito, classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia, entre outros fenômenos discriminatórios, fazem parte da cotidianidade escolar não como elementos intrusos ou sorrateiros. Eles, além de terem sua entrada geralmente franqueada, agem como *elementos estruturantes* do espaço escolar, onde são *cotidiana e sistematicamente* consentidos, cultivados e ensinados, produzindo efeitos sobre todos/as. (JUNQUEIRA, 2012, p. 280-281).

Dos fenômenos discriminatórios é preciso dizer que eles são expressos por meio de duas vias chamadas de *pedagogia do armário* e *pedagogia do insulto* - presentes e fáceis de serem identificadas no ambiente escolar. O armário é o lugar da negação e do ocultamento dos sujeitos que não se enquadram no padrão heteronormativo. Prática de invisibilidade da diferença, predomínio da homofobia. Segundo Junqueira (2012), “dispositivo de controle da sexualidade”¹⁵. Já a pedagogia do insulto é um conjunto de violências sistemáticas realizadas por meio de piadas, brincadeiras e jogos que ridicularizam e ferem a dignidade dos sujeitos. Por meio desses caminhos “pedagógicos”, as práticas discriminatórias são reproduzidas. Tânia Welter (2015), explora essa lógica de dominação se colocando da seguinte maneira:

agindo dessa forma, a escola reproduz padrões sociais, perpetua concepções, valores e clivagens sociais, participa ou compactua com a normatização de corpos e identidades, legitima relações de poder, hierarquias e processos de acumulação, estimula a internalização do heterossexismo, misoginia, negação, autculpabilização, autoaversão de jovens e adultos com identidades e desejos sexuais não hegemônicos. Muitas vezes, isso ocorre com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade em geral e do Estado. (WELTER, 2015, p. 21).

Esse é o caminho que a instituição escola tende a seguir e precisamos nos atentar para identificar os aspectos dessa rede e modificá-la.

O objetivo principal do trabalho é quebrar com esse ciclo de violências. O caminho traçado partiu de três ações específicas arquitetadas para as turmas de Ensino Fundamental Nível II:

- Desenvolvimento das Oficinas do Projeto Papo Sério (NIGS/UFSC);
- Participação da comunidade escolar no VII Concurso de Cartazes sobre Trans-Lesbo-Homofobia e Heterossexismo nas Escolas (NIGS/UFSC);
- Planejamento de aulas de História comprometidas com a compreensão da dimensão de gênero – um “olhar de gênero”.

¹⁵ A compreensão do conceito “dispositivo” está em Michel Foucault. Para o filósofo, dispositivo é uma *rede* composta por diversos elementos (discursos, instituições, leis, decisões, organizações arquitetônicas, etc), um mecanismo de poder de múltiplas dimensões. Foucault pensou o “dispositivo de sexualidade” como uma estratégia de gerenciamento dos corpos atuando sobre eles produzindo formas legítimas e ilegítimas de sexualidade; construindo identidades e formando processos de criminalização.

Por meio de tais estratégias seria possível abrir espaço para pensar a existência dos problemas inerentes ao tema, construindo um cenário favorável para práticas de reconhecimento e respeito à diversidade. Abraçar o projeto da universidade nos daria, a princípio, a possibilidade de chamar a atenção dos sujeitos envolvidos e compartilhar conhecimentos e procedimentos ricos e de indiscutível valor para a temática explorada.

Sobre o histórico e a razão de ser do Projeto Papo Sério, é importante dizer que:

o Projeto Papo Sério, projeto institucional vinculado ao NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (CFH/UFSC)-, sob a coordenação da Prof^a Dra Miriam Pillar Grossi, atua desde 2007 no sentido de promover a desconstrução das representações de gênero, sexualidades e diversos tipos de violência junto a estudantes do Ensino Fundamental e Médio de escolas da rede pública da grande Florianópolis. Apoiado por instituições como PROEXT, FAPEU E FAPESC, o projeto articula três linhas principais de ação: 1) as oficinas Papo Sério, oferecidas nas escolas, que têm por objetivo discutir direitos sexuais, violência contra as mulheres, homo-lesbo-transfobia, masculinidades, racismo, DSTs, entre outros temas; 2) o Concurso de Cartazes sobre Homo-Lesbo-Transfobia e Heterossexismo nas Escolas, realizado nas escolas com exposição final na Universidade Federal de Santa Catarina; 3) um cronograma de eventos de datas comemorativas e de lutas contra discriminações no campo dos estudos de gênero e sexualidades, que articula pesquisa, formação acadêmica e diálogo com a sociedade civil, desenvolvido ao longo do ano letivo. (NASPOLINI, 2016. p. 103).

Com relação às aulas de História, o planejamento estaria em sintonia com a temática, priorizando conteúdos e ações capazes de estimular uma visão mais crítica da realidade e de concepções de mundo à luz das relações de gênero.

Nesse contexto o trabalho foi desenvolvido preocupado em fornecer aos sujeitos participantes o “olhar de gênero” proposto por Pinsky (2010): “fazer com quem eles percebam como o masculino e o feminino têm sido e ainda são representados e, a partir disso, como as sociedades se organizam com base nessas representações”.

Outras temáticas importantes para o desenvolvimento do trabalho a serem exploradas nas aulas de História são: “corpo” e “direitos humanos”.

A História do Corpo abre um leque imenso de possibilidades de análises: moda, alimentação, consumo, saúde, sexualidade, esporte, prazer etc. Passa pelo discurso médico e pela problematização de Foucault em torno das relações de poder. Sobre a complexidade do tema, Pinsky ressalta que:

como objeto de investigação, o corpo é plural. Ao mesmo tempo material e imaterial. Sujeito a pesquisas que envolvem fisiologia e medicina, mas também fé, pensamento, sentimentos, imagens e representações. O corpo é visto pelo historiador como um documento vivo, repleto de significados sobrepostos por

inúmeras temporalidades; sua história não para de ser recriada. (PINSKY, 2010. p. 120).

Enquanto fonte de pesquisa dos historiadores, o corpo é produto cultural, fruto das relações sociais e dos processos históricos, portanto, importante categoria de análise social.

Já o discurso dos direitos humanos vem carregado de historicidade, das lutas pela sua afirmação e universalidade. Caminha afirmando a necessidade de uma educação que seja transformadora e efetiva. Graupe e Sousa (2015), Novo (2015) e Welter (2015) falam da ampliação da cidadania no âmbito dos direitos humanos e das “diversidades” por meio de políticas públicas voltadas, principalmente, para a educação - políticas que esbarram na atuação de setores conservadores da sociedade, o que impede avanços maiores, significativos. As leis, normativas, projetos, programas e ações afirmativas de combate às violências e discriminações são frutos das lutas dos movimentos sociais que representam minorias historicamente excluídas – indígenas, quilombolas, mulheres, população LGBT, pobres e deficientes. Nessa trajetória é construída uma cultura de direitos humanos que confirma o caráter contraditório da escola, seu potencial de transformação e a necessidade de sujeitos capacitados e engajados na promoção da equidade.

A escola é um espaço para a discussão e problematização das discriminações e preconceitos étnicos, culturais, religiosos, sexuais, de gênero e não pode se esquivar dessa função, por medo de dialogar com professoras/es, pais e estudantes temas que implicam nas subjetividades, identidades, crenças, convicções e valores de diferentes grupos sociais, religiosos e não-religiosos. (GRAUPE E SOUSA, 2015, p. 107).

A educação ainda é o caminho mais eficaz para chegar nas pessoas e fazê-las acreditar que é possível lutar por um mundo melhor que seja justo e humano. Que sejamos firmes no objetivo e que apesar de vivermos em uma conjuntura desfavorável para o nosso ofício, que tenhamos fé e esperança de que seremos capazes de seguir.

3. A CAMINHO DA REDENÇÃO

A ideia de redenção sugerida ressalta a perspectiva da transformação e da ressignificação das relações humanas. Parte da possibilidade do reinício e da crença na ação pedagógica libertadora e passa pela necessidade da educação como via mais eficaz de formação.

Aqui é revelado o caminho das ações propostas para a problematização da questão de gênero na escola e também as considerações a respeito dos resultados. Trata das características do estudo, da metodologia adotada e da coleta e análise de dados.

3.1. CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO

O estudo foi desenvolvido na Escola Básica Municipal Professora Mara Luíza Vieira Liberato, situada no município de Palhoça, no estado de Santa Catarina. Da experiência participaram alunos, professores e funcionários da escola. As oficinas desenvolvidas pelo Papo Sério contemplaram todas as turmas de 6º a 9º ano. A participação no concurso de cartazes foi registrada com duas turmas de 9º ano e as demais puderam atuar avaliando as produções por meio de votação. Professores e funcionários também foram convidados a participar. Aproximadamente 239 pessoas estiveram envolvidas no processo.

As oficinas do Papo Sério aconteceram no dia 02 de julho de 2015, nos períodos matutino e vespertino. Sete turmas foram atendidas, alcançando um público de aproximadamente duzentos estudantes. Foram trabalhadas as temáticas de masculinidades e violência contra as mulheres.

De julho a outubro do mesmo ano, as turmas de 9º ano estiveram envolvidas na produção e exposição dos cartazes para o concurso. Aqueles que manifestaram interesse em participar receberam material de apoio (APÊNDICE A) e orientações teóricas. Os doze cartazes foram produzidos em sala de aula e ficaram expostos na rampa de acesso às salas por uma semana. Ocorreu um processo de escolha por meio de votação (alunos do Ensino Fundamental II, professores e funcionários). Após essa etapa, recebemos a visita do NIGS para premiação interna. A conclusão do processo deu-se pela participação da escola na cerimônia de premiação, na universidade. Reunimos três

estudantes para representar as turmas. Trinta e cinco estudantes trabalharam em equipe para a elaboração do material.

Sobre as aulas da disciplina de História, esse é um processo em andamento porque a discussão sobre gênero é trabalhada sempre que possível, dependendo dos conteúdos que compõem o currículo para cada ano/série. Foram exploradas as seguintes temáticas:

- 6º ano - mulheres na origem do mundo e nas primeiras civilizações (Egito e Cuxe);
- 7º ano - a mulher na Idade Média, a vida da mulher muçulmana e movimento feminista;
- 8º ano – segregação racial nos Estados Unidos (Rosa Parks, Nina Simone e Angela Davis), mulheres na revolução industrial e na revolução francesa, movimento feminista e cultura do estupro;
- 9º ano – mulheres na primeira guerra mundial, movimento feminista e cultura do estupro.

O trabalho em sala de aula para o desenvolvimento dos conteúdos contemplados é feito por meio da utilização das seguintes fontes: vídeos (filme/documentário e material do *youtube*), imagens, letras de músicas e textos complementares. O planejamento é feito em sintonia com o calendário escolar e de acordo com as possibilidades materiais que a instituição oferece. Residem aí as dificuldades¹⁶ de colocar o que foi pensado em prática porque muitas vezes a burocracia do sistema e a ausência de meios nos rouba o entusiasmo e as possibilidades de fazer melhor.

O estudo dos conteúdos é feito com base no livro didático (já que é o material mais acessível, quando existe em quantidade suficiente). Os temas são pontuados, explicados, os conceitos construídos com os alunos/as e as fontes são inseridas nesse processo para complementar e enriquecer o material base. Nos dois últimos anos trabalhamos com a produção de maquetes (*As trincheiras da Primeira Guerra*, *O feudo e seus equipamentos* e *As primeiras civilizações*).

¹⁶ A escola não possui laboratório de informática, nossa biblioteca é minúscula - o que impossibilita visitação em grupo para pesquisa, temos equipamento de som e vídeo adaptados no refeitório (fluxo de pessoas, barulho, qualidade de som ruim e etc), em algumas turmas quantidade de livros didáticos insuficiente, salas com uma média de trinta e cinco alunos/as, decisões arbitrárias da Secretaria de Educação realizadas sem consulta ao corpo docente (planejamento prejudicado em tempo e qualidade) e má iluminação e climatização das salas.

O trabalho de estímulo à pesquisa é muito cobrado, considerando que grande parte do público atendido na escola tem acesso à internet. Geralmente cobro trabalhos individuais (cultura do estupro: Lei do Feminicídio e Lei Maria da Penha, a atuação feminina na Revolução Francesa) ou em grupo em forma de seminário com trabalho escrito e apresentação de cartaz (mulheres no processo de segregação racial nos EUA, mulheres na Idade Média).

Assim, considerando as possibilidades do contexto escolar vou adaptando os conteúdos de modo a abrir espaço para o debate necessário sem perder de vista os fundamentos básicos da disciplina.

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, procurando compreender o comportamento dos indivíduos diante da situação-problema colocada. Em relação à parceria estabelecida entre escola e universidade é importante ressaltar a sensibilidade e o apoio (moral e material) da direção e da equipe pedagógica para o desenvolvimento das ações e a satisfação de poder receber os profissionais do NIGS e estabelecer com eles trocas extremamente significativas.

3.2. CONHECER PARA TRANSFORMAR

Para analisar os resultados da pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas: observação, questionário de avaliação dos procedimentos e análise documental (relatórios e registro fotográfico). Trata-se de um material rico por revelar diversos aspectos da experiência. Mesmo em alguns momentos enfrentando resistência (silêncio, participação negada nas ações e nítida má vontade) e detectando as atitudes preconceituosas (pedagogia do insulto) de muitos, foi possível estabelecer algumas pontes e passar a mensagem proposta. A ideia de *conhecer para transformar* partiu do olhar de alguns/mas estudantes diante do contexto vivenciado.

Aqui e em anexo está exposta uma pequena amostra dos registros fotográficos das etapas do processo. É possível perceber as estratégias conduzidas em conjunto, o que revelou a busca por realizar as ações de forma dinâmica e interativa. Também estão expostos os relatórios analíticos da escola e do NIGS sobre as oficinas do Papo Sério e em ambos se conclui que a experiência, no geral, foi bem sucedida.



Produção de cartaz 9º matutino



Produção de cartaz 9º ano vespertino

O sucesso das oficinas se deu primeiro pela novidade. Gente nova na escola discutindo temas tão instigantes considerados tabus criou expectativa e mobilizou os/as estudantes. Depois, a oportunidade de falar sobre os temas de forma participativa gerou um cenário favorável trocas e reflexões. Com relação à questão da sexualidade, a equipe de profissionais do NIGS identificou certo grau de dificuldade e confusão dos estudantes, o que revelou a necessidade de dar continuidade a ações dessa categoria. Esses aspectos foram expostos no relatório da seguinte maneira:

percebemos bastante interesse pelo tema das orientações sexuais (além de certa confusão entre identidade de gênero e orientação), o que demonstra o quanto estas reflexões são necessárias para diminuir o preconceito e gerar espaço para debate sobre questões pertinentes ao cotidiano destxs estudantes. Observamos também que surgiram muitos depoimentos pessoais acerca destas questões, ligados ao contexto familiar, e que muitas vezes não encontram outros espaços para aflorarem. (NASPOLINI, 2015, p. 02. Relatório NIGS em anexo)

Também ficou registrado em relatório o quanto a escola foi acolhedora e disponível para o desenvolvimento do trabalho oferecendo recursos materiais e apoio moral.

Sobre o questionário e as observações realizadas, foram reunidas informações¹⁷ valiosas para medir a validade da pesquisa. As observações foram registradas desde o início do projeto e continuam em andamento por conta das aulas de História. O questionário foi realizado com uma amostra de trinta estudantes. Os que estão na escola tiveram a oportunidade de levar o material para casa (respondendo no seu tempo e

¹⁷ Participação e interesse de grande número de alunos/as nas aulas nas quais foram trabalhados temas relacionados a gênero e sexualidade, atitudes preconceituosas percebidas por meio de piadas e “brincadeiras”, o papel das crenças religiosas no silenciamento e na não aceitação da diversidade sexual, alunos e alunas compartilhando com frequência nas redes sociais notícias sobre os temas já citados, etc.

preservando seu anonimato e privacidade) e os alunos que estão hoje no Ensino Médio foram solicitados a responder via rede social *facebook*. Nem todos/as deram retorno, o que é um dado a ser considerado também (apenas falta de interesse?).

O modelo do questionário está disponível no apêndice (APÊNDICE B) e por meio dele o estudante foi provocado a refletir sobre as três ações propostas para a pesquisa. As respostas apontam para a importância da criação de canais de diálogo. Diálogos e reflexões foram desenvolvidos no sentido de provocar, informar e empoderar os envolvidos. Colocar temas considerados “tabus”, delicados na “roda”, proporcionou aos que se dispuseram a participar, a possibilidade da troca.

Ainda considerando o caráter contraditório da escola, foi possível perceber sujeitos resistentes que se negaram a participar das ações, o que revela o quanto a *pedagogia do insulto* reina nas práticas cotidianas. Alguns alunos/as se queixaram quanto ao comportamento preconceituoso e desrespeitoso de seus colegas frente à exposição da orientação sexual de muitos. O que é um dado interessante de perceber por demonstrar que esse tipo de comportamento é visto, avaliado e julgado por eles/elas como nocivo. Eu mesma fui alvo de piadas e brincadeiras em algumas oportunidades e me utilizei das mesmas aproveitando o espaço da sala de aula para promover o discurso do respeito.¹⁸

Na tabela abaixo temos uma amostra do material colhido por meio do questionário:

Amostra do Questionário
1 - Como você avalia a oficina realizada pelo Projeto Papo Sério (NIGS/UFSC)? Descreva pontos positivos e negativos.
a. Foi massa, interessante conhecer mais as pessoas com quem convivemos.
b. Acho super importante e essencial aprender isso na escola.
c. Não foi bem aceito pois ouvimos comentários maldosos e preconceituosos pela escola.
d. Achei super legal conhecê-los e acho que isso deveria se repetir mais vezes com outros assuntos.
e. O debate foi descontraído para falar de um assunto cheio de tabu e mal compreendido.
f. Criei a partir das oficinas um ciclo de mal estar com algumas pessoas da sala.

¹⁸ Na ocasião das dinâmicas promovidas pelo Papo Sério, foi questionada a orientação sexual de cada participante. Até então eu não tinha tornado pública minha bissexualidade em sala de aula mas entendi que, como “ato político”, ela seria necessária. Me assumi na escola diante dos alunos e nos dias seguintes experimentei o doce e o amargo da experiência. Por um lado alguns alunos/as se aproximaram buscando orientação, conselhos de como lidar com sua orientação sexual e as cobranças da família. Muitos curiosos/as também até fazendo perguntas indiscretas. Por outro lado, os risos, as conversas ao pé do ouvido e piadas escritas nas carteiras do tipo: “A professora Denise é sapatão”, “A Denise da História é bi”.

<p>2 - Como você avalia o Concurso de Cartazes? Descreva pontos positivos e negativos.</p> <p>a. Nem todos puderam ir na UFSC ver a apresentação.</p> <p>b. Serve para conhecer sobre o assunto, respeitar e diminuir a violência.</p> <p>c. Evitar o bullying na escola e até mesmo na rua.</p> <p>d. Deram a oportunidade a todos de votar.</p> <p>e. Os cartazes ficaram bem bonitos, trouxeram vários conceitos mas não achei algo tão necessário.</p> <p>f. Nem todos puderam participar da produção dos cartazes.</p> <p>g. Alguns cartazes mal feitos.</p>
<p>3 - Nas aulas de História e ERE refletimos sobre temas como aborto, cultura do estupro, homofobia, feminismo e machismo. Você considera importante abrir espaço para esse tipo de discussão? Sim ou não? Justifique sua resposta.</p> <p>a. Acho importante pois podem mudar o pensamento de alguns alunos que são racistas, homofóbicos ou algo do tipo.</p> <p>b. Acho importante porque tem pessoas que não têm esse tipo de conversa com os pais.</p> <p>c. É importante abrir espaço apesar de que eu não concordo em ser gay, lésbica, acho errado. Mesmo assim respeito.</p> <p>d. Sim. Toda forma de violência precisa ser exposta para mostrar o tamanho do problema que deve ser resolvido.</p> <p>e. É de extrema importância para que não seja formada uma geração preconceituosa.</p>

Uma reflexão importante a ser feita sobre a análise dos questionários é que, no geral, quem se dispôs a respondê-lo foram aluno/as que tinham considerações positivas a fazer sobre as ações. O fulano mesmo não aceitando a diversidade sexual, respeita. O sicrano mesmo não vendo necessidade em fazer um concurso de cartazes sobre violência de gênero, acha bonito. Esse tipo de negativa e as demais expostas podem ser pensadas e trabalhadas. O que preocupa é o silêncio daqueles/as que não se dispuseram a interagir, trocar informações sobre o trabalho.

Gênero e sexualidade ainda são temas considerados “tabus” em nossa sociedade. Nossos corpos e pensamentos são produtos das inúmeras teias de relações que estabelecemos com os outros. Nosso íntimo e pessoal é uma expressão política do tempo em que vivemos e por isso estamos sujeitos a toda sorte de julgamentos. Reside aí a intolerância e as diversas formas de discriminação. No formato que temos de escola, mesmo com o amparo legal para trabalhar tais questões, tendemos a negá-las. Isso acontece por acomodação, medo, preconceito e desconhecimento.

Foi possível perceber interesse/curiosidade de boa parte dos alunos/as pelos temas. Tiveram oportunidades de esclarecer dúvidas e compartilhar experiências. Parte deles/as revelou acreditar no potencial da escola como promotora dessas ações. Muitos não encontram espaço em casa para compartilhar esse conhecimento. Geralmente as famílias também negam o debate sobre.

Ainda observando os dados, é possível perceber o quanto muitos também acreditam no papel formador e transformador da escola e de como seu legado transborda para além de seus limites. Do quanto ela é capaz de influenciar na formação dos sujeitos, de esclarecer e informar para criar uma sociedade melhor e justa.

Para concluir, devemos ressaltar como as estratégias foram importantes para estabelecer trocas entre os sujeitos da unidade escolar e entre esta e a universidade. Percebemos¹⁹ muitas possibilidades e também muitos problemas (romper com a lógica do pedagogia do insulto talvez seja o pior deles) que precisam ser trabalhados. Acreditamos que o conhecimento e a criticidade aliadas à consciência de respeito à dignidade humana são capazes de quebrar as estruturas (mesmo que em longo prazo) opressoras tão enraizadas na escola e na sociedade.

¹⁹ Eu, NIGS, alunos/as e Equipe Pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Processo em andamento. Avanços, um sentimento grande de satisfação por toda ousadia empregada nas ações e a constatação do quanto é difícil e incomoda estabelecer conexões para discutir gênero e sexualidade na escola. São as marcas deixadas pela experiência. Ainda leva tempo para perceber as mudanças mais significativas em torno do que foi realizado até porque é preciso dar continuidade ao que foi proposto. O que fizemos foi dar um pontapé inicial e cabe a cada sujeito envolvido decidir como os conhecimentos compartilhados e construídos terão significado ou não em sua existência. Transformar ou mesmo contribuir para a formação de mentalidades e estruturas simbólicas é a própria ressignificação da cultura. No universo escolar, onde é possível perceber com maior intensidade os campos de força, as negociações, revelou-se clara a necessidade de profissionais conscientes das potencialidades do cenário e de sua dimensão como sujeitos formadores. Nesse sentido falta disposição de muitos professores/as para trabalhar as temáticas propostas por conta da desestrutura do nosso sistema de ensino e também (principalmente) por convicções pessoais.

O GDE me forneceu muitas ferramentas eficazes para a leitura da realidade e para operar situações de provocação e empoderamento dos sujeitos. Minha função como cidadã é buscar compartilhar esse aprendizado. Não irei atingir a todos, é certo, mas, apesar das dificuldades, o eco do discurso ganhou espaço e de alguma maneira atingiu os envolvidos/as. É o primeiro passo para a redenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a história: metodologia de ensino da história.** Curitiba: Base Editorial, 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos.** Edu. Soc., Campinas, vol. 33. n 120, p. 715-726, julho-setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf>>. Acesso em: 05/06/2015.

Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade. V.3 / Organização: Carrara, Sérgio – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes and RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas.** *Rev. Adm. Pública* [online]. 2010, vol.44, n.2, pp.367-383. ISSN 0034-7612. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>> Acesso em: 22 de outubro de 2016.

GRAUPE, Mareli Eliane; SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo. **Políticas públicas de gênero no campo da educação.** In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Z.; MAGRINI, Pedro Rosas (org.). Livro 2 – Módulo II – Gênero, diversidade sexual e religião; As diferenças de gênero no espaço escolar. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero // Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade e homofobia no cotidiano escolar.** MILSKOLCI, Richard (org.). Discursos fora da ordem: deslocamentos, invenções e direitos. São Paulo. Annablume, 2012. (Série Sexualidade e Direitos Humanos).

LOURO, Guacira (Org.). – 2ª edição. **O Corpo Educado – pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NASPOLINI, Marisa. **Projeto Papo Sério NIGS/UFSC: articulando reflexões sobre gênero e sexualidade nas escolas.** In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Z.; MAGRINI, Pedro Rosas. . Especialização em gênero e diversidade na escola: Livro V - Módulos V e VI. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero // Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Tubarão: Ed. Copiart, 2016.

NOVO, Arthur Leonardo Costa. **O armário na escola: regimes de visibilidade de professoras lésbicas e gays** / Arthur Leonardo da Costa Novo; orientadora Miriam Pillar Grossi – Florianópolis, SC, 2015. Dissertação de Mestrado – UFSC, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

OLTRAMARI, Leandro Castro. **Educação, Diversidade e Direitos Humanos: a formação de professores a partir da alteridade radical**. Especialização em gênero e diversidade na escola: Livro III, Módulo III / Mara Coelho de Souza Lago [et al.]. - - Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *História* [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98. ISSN 1980-4369. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>>. Acesso em: 10/04/2015.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História**. 1ª ed., 2ª Reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2010.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.

Projeto Educação para os Direitos Humanos. São José: Observatório do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (OSIDH) / UNIVALI, 2016.

SELL, Teresa Adada. **Identidade homossexual e normas sociais: histórias de vida**. 2. ed. rev. e ampl. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

SENA, Tito. **Estudos de Gênero e Michel Foucault**. Especialização em Gênero e diversidade na escola: Livro III, Módulo III / Mara Coelho de Souza Lago. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

WELTER, Tânia. **Ensino, religião e educação**. In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Z.; MAGRINI, Pedro Rosas (org.). Livro 2 – Módulo II – Gênero, diversidade sexual e religião; As diferenças de gênero no espaço escolar. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero // Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. **Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Livro Didático.

APÊNDICES

A – Material de auxílio Concurso de Cartazes

VII Concurso de Cartazes sobre Trans-Lesbo-Homofobia e Heterossexismo nas Escolas

Tema: Violências e discriminações devem ser combatidas na educação infantil e básica à educação de jovens e adultos

Organização: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS)

Parceria: Instituto de Estudos de Gênero (IEG)

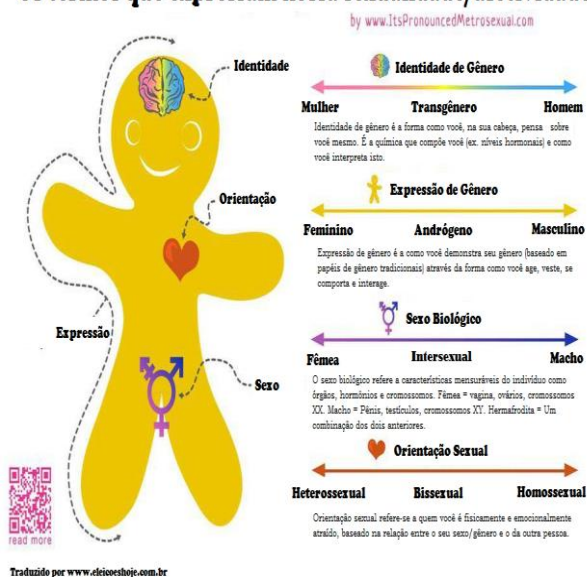
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Objetivo: criar espaços de discussão e debates nas salas de aula que oportunizem que professores/as e estudantes reflitam sobre os temas das violências. A criação artística de cartazes alusivos às questões envolvem o combate às violências e discriminações nas escolas públicas.

Referências

1 - Anexo

Os termos que expressam nossa sexualidade/afetividade:



2 - Bibliografia

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial em Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça. UNESCO, 2007.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948

Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. – Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Programa Brasil Sem Homofobia, 2009.

Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Conselho Nacional de combate à discriminação. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

3 – Google

www.nigs.ufsc.br

www.ieg.ufsc.br

www.unesco.org

www.sdh.gov.br (Secretaria de Direitos Humanos - Presidência da República)

4 – Facebook

Concurso de Cartazes Nigs Ufsc

Fórum Diversidade Grande Florianópolis

Gênero Diversidade

Instituto de Estudos de Gênero

Grupo Acontece Arte e Política LGBT

Direitos Humanos Brasil

Humaniza Redes

5 – Youtube

A história dos direitos humanos (dublado)

Afinal, o que há dentro do armário?

E se fosse com você? Por que criminalizar a homofobia

Os nossos filhos (famílias homoafetivas)

Opção sexual?

Hoje eu quero voltar sozinho

6 – Livros

Giovanni – James Baldwin

Aimée & Jaguar – Erica Fischer

Amor a qualquer preço – Diedra Roiz

Morangos Mofados – Caio Fernando Abreu

7 – Filmes

Tomboy, 2012

Transamérica, 2005

Minha vida cor de rosa, 1997

Meninos não choram, 1999

Azul é a cor mais quente, 2013

Desejo proibido, 2000

Milk: a voz da igualdade, 2008

O segredo de Brokeback Mountain, 2005

Denise Pereira dos Santos

Licenciada em História - UFC

Professora de História da Rede Municipal de Palhoça

Pós-graduanda em Gênero e Diversidade na Escola – UFSC

B – Questionário de avaliação de resultados

Universidade Federal de Santa Catarina
Instituto de Estudos de gênero
Especialização em Gênero e Diversidade na Escola
Aluna: Denise Pereira dos Santos
Questionário

O questionário tem como objetivo analisar experiências no campo de Gênero e Sexualidade realizadas na Escola Básica Municipal Professora Mara Luíza Vieira Liberato.

1 – Como você avalia a oficina realizada pelo Projeto Papo Sério (NIGS/UFSC)?
Descreva pontos positivos e negativos.

2 – Como você avalia o Concurso de Cartazes sobre Trans-Lesbo-Homofobia e Heterossexismo desenvolvido na escola? Descreva pontos positivos e negativos.

3 – Nas aulas de História e ERE refletimos sobre temas como aborto, cultura do estupro, homofobia, feminismo e machismo. Você considera importante a escola abrir espaço para esse tipo de discussão? Sim ou não? Justifique sua resposta.

ANEXOS

1 - Registro fotográfico das oficinas do Papo Sérió e da participação no Concurso de Cartazes



Desenvolvimento das oficinas do Papo Sérió nas turmas de 9º e 6º anos.





Produção dos cartazes. Turmas de 9º ano.



Exposição de cartazes e premiação (21/09/2015).



Evento na UFSC. Encerramento do concurso (16/10/2015).

2 – Avaliação Escolar (Projeto Papo Sério)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA MARA LUIZA VIEIRA LIBERATO

Palhoça, julho de 2015.

Para: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades.

A Escola Básica Municipal Professora Mara Luiza Vieira Liberato avaliou como excelentes as oficinas realizadas em nossa unidade escolar pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS).

Percebemos que as dinâmicas desenvolvidas oportunizaram momentos de discussões e reflexões sobre as questões de Gênero de maneira significativa, uma vez que permitiu aos nossos educandos resignificarem seus conceitos compartilhando suas opiniões e também reafirmarem suas identidades de Gênero.

Acreditamos que a escola precisa oferecer espaço para tais discussões, pois é função social da escola também trabalhar questões que envolvam o desrespeito, as diferenças, o racismo, o preconceito e as violências homo-lesbo-transfóbicas.

A escola precisa ter um olhar múltiplo para as questões de Gênero, as quais envolvem os novos modelos de família que fazem parte da sociedade. O preconceito existe e a escola é o lugar na qual ele se reproduz ou pode ser eliminado. Os Parâmetros Curriculares Nacionais já legitimam a importância das temáticas de Pluralidade cultural e orientação sexual e os trazem como temas transversais. O mesmo documento aponta a escola como de extrema importância na superação de preconceito e mudança de mentalidade em busca de respeito.

Sendo assim, nossa escola agradece a visita e se coloca a disposição para novos momentos de reflexão e aprendizado.

Atenciosamente,

Coordenação Pedagógica.

3 - Avaliação do NIGS/UFSC (Papo Sérió na Escola Mara Luíza)



Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades
Telefone: 3721 4135 (NIGS)
Coordenadora: Miriam Pillar Grossi
88 049-170 - Florianópolis - SC - Brasil
<http://nigs.paginas.ufsc.br/>



Florianópolis, 31 de julho de 2015.

REF.: RELATO DA EQUIPE PAPO SÉRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA COM AS OFICINAS NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA MARA LUIZA VIEIRA LIBERATO – MADRI - PALHOÇA

Vimos por meio desta dar um retorno à escola sobre nossa percepção em relação às oficinas ministradas pelo NIGS nesta escola no dia 2 de julho de 2015. Foram realizadas 7 oficinas para grupos de 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. De forma geral, a avaliação da equipe em relação a este mutirão de oficinas foi bastante positiva. Ressaltamos os seguintes aspectos, apontados por diversos integrantes da equipe:

1. Boa estrutura da escola, com ambiente limpo e acolhedor, prédio amplo e com paredes cobertas de materiais feitos por estudantes, o que causou uma ótima impressão na chegada;
2. Disponibilidade da direção em nos receber durante alguns minutos para conversar sobre o contexto da escola e eventuais características dxs estudantes. Esta conversa foi considerada bastante importante para agregar novas informações e nos ajudar a definir a condução dos trabalhos;
3. A participação ativa dxs estudantes, o que possibilitou que as discussões fossem aprofundadas e várias questões fossem problematizadas. Encontramos pessoas com vontade de conversar e se colocar. O mesmo vale para xs professorxs que eventualmente acompanharam as turmas, que participaram sem interferir excessivamente. Quando o fizeram, em geral foi de maneira adequada ao que estava sendo proposto.
4. Percebemos bastante interesse pelo tema das orientações sexuais (além de certa confusão entre identidade de gênero e orientação), o que demonstra o quanto estas reflexões são necessárias para diminuir o preconceito e gerar espaço para debate sobre questões pertinentes ao cotidiano destxs estudantes.

5. Observamos também que surgiram muitos depoimentos pessoais acerca destas questões, ligados ao contexto familiar, e que muitas vezes não encontram outros espaços para aflorarem.
6. De forma geral, xs estudantes participaram com argumentos bem construídos e embasados, alguns demonstrando conhecimento anterior sobre questões de gênero e movimentos feministas, inclusive em turmas mais iniciais (6º e 7º anos). Também era nítido o desejo de muitxs delxs em seguir estudos universitários.
7. Nossa avaliação foi de que as oficinas foram bem sucedidas e saímos com a impressão de que a escola (leia-se xs professorxs, coordenação e direção) se esmeraria em dar continuidade a este processo de discussão. Ficamos muito entusiasmadx com a perspectiva de contar com a participação da escola no Concurso de Cartazes, que será realizado no segundo semestre, e viabilizar desta forma um novo encontro com estes grupos.
8. Por fim, mas não menos importante, a oferta de um lanche farto ao final das atividades foi de uma gentileza imensa. Infelizmente não tínhamos fome suficiente para degustar tudo que nos foi oferecido. Os bombons com mensagens personalizadas também foram uma grata surpresa. Saímos com a sensação de ter contribuído a disseminar o conhecimento e a criar novas perspectivas de inserção no mundo para estes grupos.

Dois aspectos que nos chamaram a atenção:

1. O fato de que em várias salas xs professorxs que eram responsáveis pela turma e receberam a oficina foram bastante “rudes” inicialmente, pedindo silêncio e respeito com voz de comando, e o que nós queríamos era criar um ambiente lúdico e informal. Então o que aconteceu foi que após a “bronca” inicial, nossa equipe procurou dar uma descontraída, formando um círculo e propondo jogos. Ficou um certo descompasso entre estas duas formas de iniciar o diálogo.
2. Também foi comentado o fato de as crianças rezarem o Pai Nosso em fila no corredor antes do início das aulas. Fizemos uma reflexão interna sobre o papel da escola laica, que deve absorver a diversidade em vários níveis, inclusive religioso, e esta atividade nos pareceu um pouco contraditória neste sentido.

Certos de contar com seu empenho na continuidade das ações que visam à promoção da inclusão e ao respeito à diversidade, colocamo-nos à disposição enquanto núcleo de pesquisa. Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

Marisa Naspolini
Coordenadora das oficinas Papo Sério
Pesquisadora do NIGS